

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE**

Ao dia 21 de fevereiro do ano de 2022, às 14h03min, estiveram reunidos (as) Conselheiros (as) integrantes do Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR, de forma eletrônica pela plataforma online – Google Meet, e presencialmente no Palácio Iguazu, localizado à Praça Nossa Senhora de Salette s/n - Centro Cívico, Curitiba – PR.

O presidente Douglas Miranda iniciou a Reunião Ordinária contando quórum e passando a palavra ao vice-presidente, Marcos Costa, para apresentação dos convidados para a reunião, apresentando, Leonardo Paixão – Diretor e fundador da empresa InFlux e Mariana Talise de Brito – Coordenadora Comercial Nacional - Influx.

Leonardo inicia uma breve apresentação sobre a fundação da empresa, sobre as dificuldades de empreendedorismo, a importância dos jovens nessa etapa e como foi a sua trajetória, completando agradece a todos os presentes pela oportunidade.

Em continuidade Leonardo Xavier, secretário-executivo solicitou para que as reuniões de Comissões permanentes de trabalho sejam feitas com maior tempo hábil, para que as pautas sugeridas a serem discutidas durante a reunião ordinária seja encaminhada aos conselheiros (as) com um tempo maior para leitura e estudo, com a palavra, o Presidente Douglas Miranda dá continuidade na reunião indicando o pedido do Conselheiro Lucas Siqueira para que o grupo de trabalho de alteração do regimento interno fosse composto com os conselheiros governamentais que ainda estavam faltando para iniciar os trabalhos de alterações do Regimento Interno. Com a composição completa deste grupo de trabalho por parte da sociedade civil, Douglas solicitou que os demais conselheiros (as) governamentais fossem mais ativos e participativos dessas demandas de comissões temporárias de trabalho. Conselheiro Alex se colocou à disposição e reforçou a súplica do presidente sobre o assunto.

André Lira solicitou a palavra e trouxe à memória os pontos de pauta solicitados para alteração de texto, como, por exemplo, a votação para presidente e vice-presidente com voto apenas por seus pares, ou seja, governamentais votam em candidato (a) governamental e sociedade civil em candidatos (as) civil. Além deste assunto, André solicitou o registro em ata de reunião, a manifestação de desincompatibilização de conselheiros(as) que pretendem concorrer aos cargos eletivos na eleição do corrente ano, para que não haja dúvidas nem problemas jurídicos eleitorais posteriormente e solicitar, perante todos (as) conselheiros (as) que fazem presentes na reunião, e já faz seu pedido de desincompatibilização da cadeira do CEJUV.

Presidente reforça que fará a leitura do texto do conselheiro Luiz Pujol, o qual tem experiências de trabalho com períodos eleitorais e seu posicionamento quanto a esta ação de pedidos de retirada de posição em cargos do CEJUV para concorrer possivelmente em cargos eletivos, também deixando claro o posicionamento do Conselho Estadual da Juventude, que em consulta também com o Departamento Técnico Jurídico da SEJUF, ouve a indicação de que o

CEJUV faça a sugestão de desincompatibilização de todos (as) estes conselheiros que pretendem concorrer no período eleitoral, visando proteção jurídica de todos seus membros.

Com a palavra, o conselheiro Samuel Santos fez duas propostas, a primeira na elaboração de uma comissão de trabalho temporária de “Direitos Humanos da Juventude” e o segundo ponto, é sobre a eleição do vice-presidente do conselho, representante da sociedade civil, Marcos Costa, pretende concorrer ao cargo eletivo. Douglas explica que na ausência de Marcos Costa, caso eleito, o representante suplente Luiz Pujol assume esta posição.

Samuel retoma sobre os pontos que precisam ser debatidos dentro dessa comissão de defesa de direitos humanos, além do debate na comissão de fiscalização e acompanhamento. Douglas sugere que essas discussões que serão pontuadas em pautas emergências sejam direcionadas a uma comissão de trabalho permanente, evitando a criação de mais grupos de trabalho, os quais já são de grandes demandas e os (as) conselheiros (as) acabam não suportando o acompanhamento dos assuntos.

Douglas solicita que representantes governamentais manifestem a participação no grupo de trabalho de alteração do Regimento Interno, não havendo manifesto, o presidente fará a convocação entre os pares, sugerindo em que dentro de uma semana seja feita a primeira reunião da comissão.

Leonardo Xavier, secretário-executivo do CEJUV, faz a leitura do texto de sugestão encaminhado por Luiz Pujol, ressaltando que o mesmo possui experiência com Conselhos e períodos eleitorais, sendo formado em Direito e especialista em trâmites jurídicos eleitorais.

Leonardo Xavier: Na data de 28 de março de 2022, às 12h16min, no grupo de *Whatsapp*, “Plenário 2022”, Luiz Fernando O bladen Pujol encaminhou o seguinte texto:

“Bom Dia Pessoal,

A questão sobre desincompatibilização e afastamento do Conselho está gerando dúvidas.

Então cabem alguns esclarecimentos.

Minha análise aqui será como advogado eleitoralista e professor de Direito Eleitoral, e meu foco será a advocacia preventiva voltada a preservação do próprio CEJUV e evitar questionamentos sobre a possível candidatura dos membros.

Em outras palavras, não quero que vocês tenham dor de cabeça desnecessária na Justiça Eleitoral.

E respeito entendimentos contrários, o que é natural em questões jurídicas.

Vamos lá...

Há regra específica sobre desincompatibilização ou afastamento de membro de Conselho da Juventude na legislação eleitoral?

Não. Então está liberado? Não necessariamente.

As tabelas da Justiça Eleitoral, da AGU, do MP, disponíveis da internet, são exemplificativas, mas não contemplam todas as situações. E a ausência de determinada situação específica na lei eleitoral não significa que o sujeito não tenha que se afastar ou se desincompatibilizar de cargo ou função.

A análise de jurisprudência, casos já julgados, infelizmente não ajuda o caso específico do Cejuv.

Há decisões exigindo, há decisões dispensando, membros de Conselhos Municipais e Estaduais de se afastarem.

No Paraná, há alguns anos há quem faça analogia entre a eleição dos membros do Cejuv e a dos Conselhos Tutelares (coisa que não concordo, mas que é um discurso recorrente).

E isto pode levar ao raciocínio da necessidade de desincompatibilização. Não é uma posição difícil de algum outro advogado eleitoralista defender.

Mas realmente há julgados dispensando o afastamento de membros de Conselho.

Seguindo a linha da advocacia eleitoral preventiva, não aconselho apostar com as alterações de entendimento da Justiça Eleitoral.

O que já vi na prática sobre isto?

Já atuei defendendo membros de Conselho da Educação e Conselho de Saúde, membros da sociedade civil.

E o que salvou as candidaturas foi o protocolo de afastamento.

Em um caso, através de cópia de ata de reunião, demonstrando a não atuação do membro no Conselho em ano eleitoral, também foi possível provar o afastamento, mesmo sem a formalização.

Então, o primeiro Conselho, adotando a linha preventiva, é formalizar o afastamento e evitar ter que se preocupar com isso.

É permite o retorno depois, caso a pessoa não tenha o nome aprovado em Convenção Partidária ou não se eleja.

Mas claro, o retorno, depende da vontade da entidade eleita. A cadeira é da entidade e não do sujeito que está ocupando.

E, além disto, quais os riscos de não se afastar do Conselho e lançar candidatura?

Ter a candidatura questionado por abuso de poder político ou conduta vedada, a depender do posicionamento ou conduta em reuniões e deliberações do Conselho.

E acreditem, não é difícil para um advogado fazer estes questionamentos.

Por fim, é importante observar que não tem ocorrido ações judiciais eleitorais contra membros do Conselhos da Juventude.

Mas infelizmente, a razão não é boa: as candidaturas jovens tem sido consideradas irrelevantes na análise dos adversários políticos. Então, eles simplesmente não entram com ação judicial.

Mas acredito que os atuais membros do Cejuv, por terem grande visibilidade no Estado, terem bandeiras com repercussão ampla (Estudantil, LGBT, Conservadores, etc) podem sim ter suas candidaturas questionadas por adversários.

Por outro lado, felizmente as candidaturas jovens tem crescido no Paraná. O número de votos dos jovens está se ampliando.

O que é motivo para se comemorar.

Mas também é motivo para os adversários estarem mais atentos a qualquer deslize por parte da juventude.

Em relação aos prazos, como há variação a depender do cargo pretendido, para proteção dos pré-candidato, o aconselhável é adotar o prazo de 6 meses antes do pleito, ou seja, 2 de abril.

E em relação a formalização, constando em ata e tendo um protocolo, mesmo que por e-mail, já há como provar o afastamento.

Espero ter ajudado em alguma coisa.

Um abraço.”

Douglas deixa registrado então, e abre a palavra para o manifesto sobre a descompetibilização.

Marcos Willian Loiola da Costa pede a palavra e reforça que junto ao Pujol buscou jurisprudência sobre este assunto, e que juntos ao presidente decidiram passar essa orientação aos membros do conselho, e que também possui uma possibilidade de ser candidato, ainda não sendo certa, mas que de qualquer forma prefere descompetibilização para não prejudicar o conselho e quem sabe uma candidatura. Ainda, ressalta que é apenas um momento de afastamento, mas que posterior à convenção ou até mesmo a eleição, e que ao final da reunião fica registrada sua descompetibilização, solicita que fique registrado em ata e enviará um e-mail ao canal oficial do CEJUV. Fica registrada pelo presidente então o ato de Marcos Willian Loiola da Costa e André Lira. Presidente ainda reforça que o conselho tome como hábito em períodos eleitorais. Samuel solicita a palavra e cita que nestes casos de candidaturas a justiça eleitoral age na avaliação do mérito dos casos quando é provocada, ou seja, por isso esta orientação preventiva.

Marcos William reforça que o período para efetuar a descompetibilização é até a sexta-feira da corrente semana, dia 02 de abril de 2022.

Vencida a pauta, presidente Douglas avança para a relatoria das comissões, falando também sobre o rodízio de ordem de início de relatoria de comissões.

## **Relato das Comissões**

### **a) Comissão de Fiscalização e Acompanhamento**

O presidente da Comissão Matheus Falasco inicia os pontos de pauta debatidos na reunião das comissões.

Primeiro ponto debatido foi o de envio das pautas das reuniões, onde foi deliberado que os membros da comissão devem encaminhar os tópicos um dia útil antes da data de reunião agendada para que tenha tempo de debate.

Segundo tópico de discussão foi a indicação de um (a) relator (a) que deverá ser membro governamental. A responsabilidade de indicação será pelo presidente para definição desta relatoria. Além disso, a indicação da ALEP para compor o conselho por conta da Conselheira Roberta Picussa que precisou se ausentar das atividades do conselho.

Terceiro ponto foi apontado pelo Samuel Santos, sobre o levantamento de informações sobre o novo modelo de implementação do Ensino Médio, em que a comissão ficou responsabilizada em elaborar um documento com os questionamentos necessários a serem levados para resposta por parte da Secretaria de Estado da Educação. O documento deverá ser aberto para os demais interessados que queiram apontar pontos para compor este documento, além da comissão, mas também por parte dos demais conselheiros. Posteriormente, este assunto deve ser aprovado por todos os membros da comissão e enviado a SEED. A previsão de reunião e aprovação do documento será dentro de uma semana e será enviado pelo secretário-executivo, Leonardo Xavier.

Quarto tópico é a instituição do Conselho Estadual da Juventude através de Projeto Lei. Wenik informa que inicialmente o projeto de lei previa já a instituição de Fundo de Recursos Financeiros, que foi retirado, por justificativa trazida pelo Assessor Técnico de Políticas Públicas para a Juventude, Samuel Tives, de maneira resumida, de que o viável seria a consolidação do projeto de Lei sem o fundo instituído, e posteriormente com seguridade jurídica tramitará a elaboração do Fundo Estadual de Recursos para a Juventude. Ainda debatendo sobre este assunto, Samuel Santos sugere a criação de um “Pacto pela Juventude” a ser encaminhado aos candidatos pleiteando cargos na eleição de 2022, garantindo a oportunidade de envolver os candidatos que forem eleitos com as políticas públicas para a juventude. Dando continuidade, Mateus Falasco solicita esclarecimentos por parte do departamento, acerca do trâmite da elaboração do projeto de lei de instituição do conselho.

Douglas retoma a palavra esclarecendo o fluxo de trabalho necessário para elaboração do documento que será enviado a SEED com os questionamentos, informando que por conta do documento extenso que foi produzido por parte da sociedade civil, era necessária a compilação destas questões por conta de diversos departamentos que seriam envolvidos na Secretaria de Educação. Além, reforça que os conselheiros deveriam aprovar a compilação que foi feita pela Assessoria Técnica de Políticas Públicas, indicando também os pontos que seriam necessários de inclusão. Douglas fala que a compilação foi feita e encaminhada em dois dias, apenas aguardando a aprovação dos demais integrantes da comissão. Após a aprovação, o documento poderá ser encaminhado, tendo a comissão autonomia de trabalho, sendo responsável por todo o documento. Para a reunião de explanação do documento, será agendada uma reunião

extraordinária para debate com tempo junto aos representantes dos departamentos pertinentes da SEED. Samuel Santos toma a palavra e cita que em 2016 foi retomado o processo de lei para implementação desse novo modelo de ensino médio, sendo feitas reuniões com os núcleos de educação onde foi rejeitada a proposta por maior parte destes núcleos, e que o governo no ano de 2020 foi apresentado a aprovação deste novo modelo de ensino. No estado do Paraná algumas lacunas ficaram em aberto e sobre a parceria publico-privado que foi estabelecido, foi prejudicado o ensino de parte dos estudantes, segundo Samuel. Cita também a forma de ensino noturno que foram estabelecidas normativas de números mínimos de estudantes matriculados para a existência de tais turmas, prejudicando os colégios de cidades de pequeno porte que os estudantes precisam estudar em outros municípios. Outro problema relatado é a sexta aula na grade curricular, que segundo apontamentos da sociedade civil, trás problemas de adaptação de horário com estágios ou em casos de jovens-aprendizes.

Conselheiro Wenik solicita a palavra indicando a solicitação por parte desta comissão, ao Douglas, o modelo do texto do projeto de lei que está sendo trabalhado. Reforça que o Conselho está instituído há 20 anos, com batalhas da sociedade civil para a criação do projeto de lei para que trouxesse autonomia das juventudes com os trabalhos do conselho, aproximando cada vez mais as juventudes descentralizadas no estado do Paraná. Durante o período pandêmico recente, foi proposta uma minuta de projeto de lei que vem sendo debatido por este atual biênio de composição do conselho. Durante governo anteriores, segundo o conselheiro, houve maior debate com os governantes do que com a atual composição do poder executivo. Que segundo conselheiro, este projeto está com o processo parado na Assessoria Técnica desde o ano de 2017, com uma minuta que não prevê orçamento nenhum, para que assim pudesse alcançar os conselheiros do interior. Durante o período pandêmico foi estabelecido uma normativa que impedia a contratação ou a geração de novos custos por parte do governo, já que todos os esforços estavam voltados ao combate da pandemia de Covid-19, porém, previa redirecionar o valor de outro fundo ao fundo do conselho assim que instituído, conversa que durou até o ano de 2021. Segundo Wenik, é uma vergonha a apresentação desta minuta sem previsão de orçamento, visto que o período pandêmico não existe mais e o discurso de orçamento sendo previsto posteriormente e que se o projeto for aprovado desta forma, não será mais possível criar o fundo por conta das burocracias existentes.

Samuel Santos pontua que compreende que os conselhos foram instituídos após a homologação do Estatuto da Juventude, em que a ampla maioria dos estados brasileiros acabou efetivando estes conselhos estaduais da juventude, conforme calendário nacional. Segundo ponto, é encaminhar o processo segundo a atual vontade política com o atual governo atual, sabendo das limitações existentes por parte da Assessoria Técnica da Juventude que compartilha de orçamentos de outros departamentos. Samuel reforça que cabe a sociedade a cobrança e pressão aos governantes para que efetive as políticas públicas com orçamento e com a lei do Conselho Estadual da Juventude criada e homologada. Por isso também a justificativa da criação do Pacto pela Juventude.

Samuel Tives traz a resposta sobre o comprometimento do atual governo com as políticas de juventude. Segundo o Assessor o governo atual é comprometido com a juventude, criando, por

exemplo, o Projeto Cartão Futuro que é o maior programa de incentivo à contratação de jovens aprendizes e também sobre a questão de criação do fundo da juventude foi bem-vista com bons olhos por parte o governo, pelo CEJUV ser muito ativo e importante no Paraná. Acredita que o desmembramento do Projeto de Lei e do Fundo Orçamentário, por achar necessário tirar o trâmite do papel e efetiva-lo quanto antes, processo que se encontra parado há quase 5 anos. Após isso, por ser mais complexo, inicia-se o trâmite de criação do fundo, o qual acredita ter boas chances de ser instituídos. Explica também que por ser um trâmite mais complexo, se os dois processos caminhassem juntos, caso um fosse rejeitado pela Secretaria da Fazenda, por exemplo, por envolver verbas públicas, todo o processo seria perdido novamente.

Douglas retoma a palavra reforçando que no início da retomada dos trabalhos destes projetos no ano de 2021, que transitavam ao mesmo tempo, acabou sendo rejeitado pela Secretaria de Planejamento do Estado, por conta de inconsistências jurídicas e retornou ao ponto inicial, sendo retrabalhados todos esses apontamentos, com reunião do grupo de trabalho que indicou todas as necessidades técnicas necessárias para acerto. Neste trabalho, não tendo sendo feito nenhum registro dessa reunião, e todos os apontamentos se perderam retomando-se os trabalhos, reativando o grupo de trabalho, articulando novamente todas essas especificidades necessárias trazidas pela Secretaria de Planejamento. Sendo solicitado por Samuel Tives ao secretário de tal pasta, a indicação de um (a) servidor (a) que acompanharia os trabalhos para que não houvessem erros recorrentes. Douglas reforça que com previsão de fundo junto desse projeto de lei, poderia novamente ocorrer uma negativa de resposta e todos os esforços seriam perdidos novamente. Então, junto ao grupo de trabalho do projeto de lei, que possui autonomia para isso, foi decidido retomar os trabalhos apenas com a previsão da instituição do Conselho através de lei, trâmite que já está ocorrendo.

Alex Sandro Silva pede a palavra para reforçar alguns apontamentos e explicando sobre a transição da composição de conselhos e realocação de comissões. Lamenta pelo debate do processo ainda ter a necessidade de ser discutido, pois é um trabalho de tempo atrás, mas que é importante dividir esta “batalha” em dois momentos, já que em momentos anteriores não deram certo, então olhando o cenário atual e olhando o que já foi feito, e que se sente desprestigiado quanto membro do GT, pois parece que não fez esforço nenhum para que o processo caminhasse, por parte de organização de tempo disponibilizado por parte de todos os conselheiros (as) que fazem parte desse trabalho. Sabendo mesmo da necessidade do fundo que consolidaria as políticas públicas para as juventudes como outros conselhos deliberativos, mas no momento era necessário trabalhar com o real e palpável, evitando quaisquer tipos de atrasos.

Wenik Marinho contempla a fala do Samuel Tives, na data de 2019 esteve no Palácio das Araucárias conhecendo todas da Assessoria Técnica de Juventude e que o preocupa ser o mesmo discurso da época, que está sendo o mesmo do atual ano. Acredita que o projeto não foi aprovado de fato por desinteresse do governo nessa aprovação, pois se existisse o interesse de fato seria aprovado inclusive fugindo dos ritos atuais conforme aconteceu em outros projetos e reafirma que o governador não é atento à juventude e não ouve os anseios do próprio Conselho Estadual da Juventude.

Dando continuidade, Douglas Miranda explana que o projeto de Lei retornou do GOFs/SEJUF para a ATJUV e estará sendo encaminhada a Assessoria Técnica Jurídica/SEJUF para posteriormente ser enviada à Secretaria de Planejamento para devidas análises.

Matheus Falasco agradece todas as falas e reforça a necessidade de acompanhamento dos conselheiros que queiram compor o grupo de trabalho de acompanhamento ao trâmite de processo de lei e abre aos conselheiros que desejam participar e sugerir indicações. Sugere que seja criado então o documento “Pacto pela Juventude” para apresentar aos candidatos que concorrerão no período eleitoral de 2022. Fica a encargo da comissão a elaboração e a disponibilização para todos (as) os (as) conselheiros (as) para leitura, análise, indicação de alterações e aprovação. Foi efetuada a votação do mérito do documento sendo aprovado por unanimidade.

Samuel Santos retoma a palavra e cita sobre as moções que deseja elaborar e apresentar aos conselheiros (as) para aprovação ou não, referentes às situações relacionadas às juventudes, serão doze moções ao total. Douglas sugere então que sejam encaminhados os documentos à mesa diretiva e para análise de deliberações acerca dos documentos.

Encerradas as pautas, passa-se à relatoria da próxima comissão.

## **b) Relatoria da Comissão de Comunicação e Articulação**

Alexsandro Silva inicia a relatoria da comissão.

Pauta número um, trata da alteração da composição do conselho atualmente, foi deliberado que até dia 01/04/2022 será o prazo final das alterações de composição a ser encaminhado para o CEJUV por parte das composições da sociedade civil para que seja divulgado em Diário Oficial do Estado do Paraná. Douglas informa que as alterações no site da SEJUF foram encaminhados na data da reunião ordinária.

Pauta número dois, alteração dos dados já definidos em reunião anterior, do regimento interno e sobre a composição do grupo de trabalho onde o presidente Douglas já fez a explanação durante debate anterior nesta mesma reunião, onde será necessário a indicação de conselheiro (a) governamental para compor a paridade do grupo de trabalho.

Pauta número três, foi a criação de cronograma semestral de publicações de datas importantes nas redes sociais do CEJUV. A deliberação foi de encarregar os conselheiros desta comissão em fazer o levantamento de datas importantes e entregar esse calendário para apreciação da plenária na próxima reunião ordinária do CEJUV.

Pauta número quatro, publicação de projeto de Lei do CEJUV, que também já foi debatido anteriormente na reunião, onde ficou deliberado o acompanhamento e o encaminhamento necessário para o trâmite correto.

Pauta número cinco, elaboração de carta à ALEP com a participação do CEJUV em debates importantes sobre os projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná. A deliberação foi de que a comissão de acompanhamento e fiscalização elabore o documento e



então a comissão de comunicação e articulação faça os trabalhos necessários para publicação e envio à Secretaria-Executiva da ALEP.

Pauta número sete, referente à comissão de juventude da ALEP, onde a deliberação foi de um envio de ofício a esta comissão, questionando quanto ao funcionamento e a atividade ou não de seus membros, além do pedido de participação do CEJUV em pautas relevantes desenvolvidas à juventude do estado e também no cronograma de reuniões ocorridas no calendário da ALEP.

Pauta número oito, sobre a continuidade de publicação nas redes sociais do CEJUV da nova composição bienal e fazer a cobrança dos conselheiros (as) que ainda não enviaram suas imagens para publicação e Douglas encaminha a lista ao grupo de Whatsapp da lista faltante ainda.

Item nove da pauta, apresentada pela Conselheira Regina Célia e Marcos William sobre a segunda etapa da pesquisa para juventudes, que trata do diagnóstico de como as juventudes passaram e ainda passam pelo momento de pandemia, sendo atualizadas as pautas para este segundo momento de pesquisa e o encaminhamento da comissão foi o apoio da pesquisa por parte da comissão e mobilização das entidades que o conselho representa para participação na pesquisa e na mobilização de jovens.

Item dez de pauta trata sobre a publicação da importância do primeiro voto das juventudes nesta eleição e o compartilhamento nas redes sociais particulares dos conselheiros e conselheiras do CEJUV como forma a garantir participação social sobre o assunto. A arte de divulgação foi elaborada pela estagiária da ATJUV e aprovada pela comissão.

Como sugestão, Samuel Santos indica a necessidade de elaborar uma campanha de incentivo aos jovens no registro do título eleitoral para o primeiro voto. O secretário-executivo, Leonardo Xavier, informa que na semana em que está ocorrendo a reunião plenária, ele e Samuel Tives estiveram com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e firmaram um acordo para unir esforços na divulgação e na mobilização de campanha para a criação de novos títulos eleitoral por parte dos jovens e sugere que o CEJUV faça parte dessa divulgação.

Encerradas as pautas, passou-se para o relato da próxima comissão.

### **c) Relatoria da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais**

O conselheiro Mateus Bregenski inicia a relatoria da comissão.

Primeiro ponto de pauta é sobre a orientação de novos municípios que desejam criar conselho municipal de juventude. Município de Pitanga, Nova América da Colina, Cruz Maltina e Tapejara, Palotina. Todos estes municípios estão sendo acompanhados pela comissão e sendo trabalhados os documentos necessários.

Segundo ponto de pauta, Vitor Matheus Serafini sugeriu que fosse encaminhado ofício às associações de municípios do Paraná solicitando ponto de pauta nas suas reuniões para apresentação do CEJUV e explanação sobre a importância dos conselhos municipais de juventude, sendo aprovada a sugestão. Sendo vencidas todas as pautas, o presidente encerrou a reunião às 17h50min.